

DE ACORDO COM O CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2026



ILHABELA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHABELA - SÃO PAULO

**COORDENADOR PEDAGÓGICO DO ENSINO
FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS
E ENSINO MÉDIO**

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio Lógico
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Noções de Administração e Situações Gerenciais
- ▶ Conhecimentos Específicos
- ▶ Conhecimentos Específicos - Bibliografia Sugerida
- ▶ Legislação Municipal



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





ILHABELA - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHABELA - SÃO PAULO

**COORDENADOR PEDAGÓGICO DO ENSINO
FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS E ENSINO
MÉDIO**

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2026

**CÓD: OP-013AG-26
7901183004638**

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	7
2. Sinônimos e antônimos	8
3. Sentido próprio e figurado das palavras	8
4. Pontuação	13
5. Classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição: uso e sentido que imprimem às relações que estabelecem	14
6. Concordância verbal e nominal	21
7. Regência verbal e nominal	23
8. Colocação pronominal	24
9. Crase	26
10. Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República)	26
11. Adequação da linguagem ao tipo de documento. Adequação do formato do texto ao gênero	33

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Resolução de situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal	47
2. Mínimo múltiplo comum; Máximo divisor comum	53
3. Porcentagem	55
4. Razão e proporção; Regra de três simples ou composta	57
5. Equações do 1º ou do 2º grau	60
6. Sistema de equações do 1º grau	61
7. Grandezas e medidas – quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa	64
8. Relação entre grandezas – tabela ou gráfico	67
9. Tratamento da informação – média aritmética simples	71
10. Noções de Geometria – forma, ângulos, área, perímetro, volume, Teoremas de Pitágoras ou de Tales	78
11. Raciocínio Lógico: Estruturas lógicas; Lógica sentencial (ou proposicional): proposições simples e compostas; tabelas-verdade; equivalências; leis de Morgan; diagramas lógicos;	85
12. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões	88
13. Lógica de primeira ordem	92

Noções de Informática

1. Windows 10 ou superior: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos do Microsoft-365	99
2. Word: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto; Excel: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados	101
3. Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos	106

ÍNDICE

4. Internet: navegação internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas	108
5. MS Teams: chats, chamadas de áudio e vídeo, criação de grupos, trabalho em equipe: Word, Excel, PowerPoint, SharePoint e OneNote, agendamento de reuniões e gravação	112
6. OneDrive: armazenamento e compartilhamento de arquivos.	120

Noções de Administração e Situações Gerenciais

1. Aspectos gerais da administração. Organizações como sistemas abertos.....	129
2. Funções administrativas. Planejamento, organização, direção e controle. Motivação, comunicação e liderança	132
3. Processo decisório e resolução de problemas	139
4. Noções básicas de gerência e gestão de organizações e de pessoas.....	140
5. Eficiência e funcionamento de grupos. O indivíduo na organização: papéis e interações. Trabalho em equipe. Equipes de trabalho	143
6. Responsabilidade, coordenação, autoridade, poder e delegação	149
7. Avaliação de desempenho	153
8. Compromisso com a qualidade nos serviços prestados	154
9. Relações pessoais no ambiente de trabalho.....	157
10. Organização do trabalho na repartição pública: economia de suprimentos	162
11. Comunicação interpessoal e solução de conflitos	166
12. Excelência no atendimento ao cidadão. O enfoque na qualidade. O atendimento presencial e por telefone.....	170

Conhecimentos Específicos

Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio

1. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990): Arts. 3º a 5º; 15 a 18-A; 53 e 53-A; 59-A; 70 a 70-B.....	177
2. Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (Lei n.º 15.211/2025)	179
3. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015): Arts. 2º a 5º; 7º a 16; 18; 23 a 28; 39 e 40; 42; 46; 48; 53; 56 e 57; 62-A e 63; 73-A a 75; 77 e 78; 88; 95.....	187
4. LDBEN (Lei nº 9.394/1996): Arts. 1º a 6º; 7º-A e 8º; 9º, incisos I, IV e IV-A; 10º, incisos II, III e VI; 11 a.....	194
5. LGPD (Lei nº 13.709/2018): Arts. 1º a 32; 37 a 40; 46 a 51.	194
6. Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) no território nacional (Lei nº 13.185/2015)	204
7. Lei nº 14.811/2024	205
8. Como agir em casos de bullying e cyberbullying na escola	207
9. Gestão Pedagógica da Educação Inclusiva	210
10. Formação Continuada dos Professores.....	213
11. Planejamento Pedagógico Inclusivo.....	214
12. Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA); Tecnologias Assistivas	217
13. Educação Especial na perspectiva inclusiva	218
14. Mediação de Conflitos	222
15. Acessibilidade Escolar (Arquitetônica; Comunicacional; Pedagógica; Digital; Atitudinal)	223
16. Trabalho Interdisciplinar	228

ÍNDICE

17. Relação Escola-Família	231
----------------------------------	-----

Conhecimentos Específicos - Bibliografia Sugerida

1. Danyelle Nilin Gonçalves, Elizabeth Furtado, Epitácio Macário Moura. Sociologia da Educação. 3ª Ed. Fortaleza, UECE, 2019	241
2. Osmar Hélio Alves Araújo. COORDENADOR PEDAGÓGICO E A FORMAÇÃO DOCENTE Diálogos possíveis no âmbito escolar, 1ª Ed. Recife: UFPE, 2017	243
3. HEES, Carlos Alexandre. Ramirez, Germana Ponce de Leon (organizadores). Discussões e estudos sobre gestão educacional. Volumes 1 e 2. Ponta Grossa: Atena, 2022	245
4. VIEIRA, Sofia Lerche. Estrutura e Funcionamento da Educação Básica. Fortaleza: UECE, 2015.....	247
5. BOURDIEU, Pierre. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. Escritos de Educação. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999	249
6. FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2013	251
7. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 57ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, José Ferreira de Toschi	253
8. SEABRA, Mirza. Educação escolar: política, estrutura e organização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012	256
9. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1983.....	256
10. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2005	259
11. PARO, Vitor. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez, 2010	260
12. PARO, Vitor. Diretor Escolar: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.	262
13. PARO, Vitor. Gestão Democrática da Escola Pública. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2016	265
14. VYGOTSKY, L. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001	267
15. MARTINS, Lígia Márcia. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições a luz da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.....	269
16. SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Autores Associados, 1983.....	271
17. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2011	272
18. MURICI, Izabela. CHAVES, Neuza. Gestão Para Resultados na Educação. Editora Falconi, 2016	274
19. VILLA BOAS, Benigna (Org.), Avaliação: Interações com o trabalho pedagógico. Papirus Editora, 2017	275
20. SAMPAIO, Simaia. Dificuldades de Aprendizagem, 5ª Edição. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019. F.....	275
21. ARAUJO, Ulisses. Assembleia Escolar. Um Caminho Para a Resolução de Conflitos. Moderna, 2014. F	278
22. ARAUJO, Ulisses. Autogestão na sala de aula: as assembleias escolares. Editora Summus, 2015.....	281
23. GANDIN, Danilo. GANDIN, Luís Armando. Temas para um projeto político-pedagógico. Editora Vozes, 2011.....	283
24. LIPP, Marilda (Org.). Sentimentos que causam stress: Como lidar com eles. Papirus Editora, 2015	283
25. CARDOSO Afonso Ligório. QUADROS Silvia Cristina de Oliveira. FERRI, Carlos Alberto, SEABRA, Alessandra Gotuzo.....	283
26. MAIA, Suzete Araújo Águas. NEVES, Edna Rosa Correia. Educação integral e as múltiplas formas de aprendizagem. Editora CRV, 2021. F	283
27. ARAUJO, Ulisses, Assembleia Escolar. Um Caminho Para a Resolução de Conflitos. Moderna, 2014. GANDIN, Danilo	283
28. GANDIN, Luís Armando, Autogestão na sala de aula: as assembleias escolares. Editora Summus, 2015. LIPP, Marilda (Org.), Temas para um projeto político-pedagógico. Editora Vozes, 2011	283
29. CARDOSO Afonso Ligório. QUADROS Silvia Cristina de Oliveira. FERRI, Carlos Alberto, SEABRA, Alessandra Gotuzo. MAIA, Suzete Araújo Águas. NEVES, Edna Rosa Correia, Sentimentos que causam stress: Como lidar com eles. Papirus Editora, 2015	283
30. DE CARDOSO, Afonso Ligório, Educação integral e as múltiplas formas de aprendizagem. Editora CRV, 2021	283

ÍNDICE

31. PEREIRA, Ana Carolina Reis. Direitos Humanos, Justiça Restaurativa e Violência Escolar / Ana Carolina Reis Pereira. - 1. ed. - Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2020 284

Legislação Municipal

1. Estatuto dos servidores públicos municipais do Município da Estância Balneária de Ilhabela – Lei Complementar nº 1.326, de 26/10/2018: artigos 1º e ao 3º, 6º ao 42, 45 a 47, 49 e 50, 52, 60, 62 a 72, 74 a 109, 114 a 124 285
2. Plano de cargos, carreira e vencimentos do Magistério Público Municipal da Estância Balneária de Ilhabela – Lei Municipal nº 1.327, de 26/10/2018: artigos 1º parágrafo único a 2º, 4º e 5º, 7º a 8º, 12 e 13, 16 a 44, 47, 49, 50-A, 54 a 58, 64 e 65 303
3. Código de Ética e Conduta do Agente Público Municipal da Administração Direta e Indireta do Município de Ilhabela – Decreto Municipal Nº 11.210, de 11/02/2025 313

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > *Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial* > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.
(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

AMOSTRA

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS

Este é um estudo da **semântica**, que pretende classificar os sentidos das palavras, as suas relações de sentido entre si. Conheça as principais relações e suas características:

► **Sinonímia e antonímia**

As palavras **sinônimas** são aquelas que apresentam significado semelhante, estabelecendo relação de proximidade.

Ex.: inteligente <—> esperto

Já as palavras **antônimas** são aquelas que apresentam significados opostos, estabelecendo uma relação de contrariedade.

Ex.: forte <—> fraco

► **Parônimos e homônimos**

As palavras **parônimas** são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos.

Ex.: cumprimento (saudação) X comprimento (extensão); tráfico (trânsito) X tráfico (comércio ilegal).

As palavras **homônimas** são aquelas que possuem a mesma grafia e pronúncia, porém têm significados diferentes.

Ex.: rio (verbo “rir”) X rio (curso d’água); manga (blusa) X manga (fruta).

As palavras **homófonas** são aquelas que possuem a mesma pronúncia, mas com escrita e significado diferentes.

Ex.: cem (numeral) X sem (falta); conserto (arrumar) X concerto (musical).

As palavras **homógrafas** são aquelas que possuem escrita igual, porém som e significado diferentes.

Ex.: colher (talher) X colher (verbo); acerto (substantivo) X acerto (verbo).

► **Polissemia e monosssemia**

As palavras **polissêmicas** são aquelas que podem apresentar mais de um significado, a depender do contexto em que ocorre a frase.

Ex.: cabeça (parte do corpo humano; líder de um grupo).

Já as palavras **monossêmicas** são aquelas apresentam apenas um significado.

Ex.: eneágono (polígono de nove ângulos).

► **Denotação e conotação**

Palavras com **sentido denotativo** são aquelas que apresentam um sentido objetivo e literal.

Ex.: Está fazendo frio. / Pé da mulher.

Palavras com **sentido conotativo** são aquelas que apresentam um sentido simbólico, figurado.

Ex.: Você me olha com frieza. / Pé da cadeira.

► **Hiperonímia e hiponímia**

Esta classificação diz respeito às relações hierárquicas de significado entre as palavras.

Desse modo, um **hiperônimo** é a palavra superior, isto é, que tem um sentido mais abrangente.

Ex.: Fruta é hiperônimo de limão.

Já o **hipônimo** é a palavra que tem o sentido mais restrito, portanto, inferior, de modo que o hiperônimo engloba o hipônimo.

Ex.: Limão é hipônimo de fruta.

Formas variantes

São as palavras que permitem mais de uma grafia correta, sem que ocorra mudança no significado.

Ex.: loiro – louro / enfarte – infarto / gatinhar – engatinhar.

► **Arcaísmo**

São palavras antigas, que perderam o uso frequente ao longo do tempo, sendo substituídas por outras mais modernas, mas que ainda podem ser utilizadas. No entanto, ainda podem ser bastante encontradas em livros antigos, principalmente.

Ex.: botica <—> farmácia / franquia <—> sinceridade.

SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS

Também chamadas de **Figuras de Estilo**. É possível classificá-las em quatro tipos:

- Figuras de Palavras (ou semânticas);
- Figuras Sonoras;
- Figuras de Construção (ou de sintaxe);
- Figuras de Pensamento.

FIGURAS DE PALAVRAS

¹São as que dependem do uso de determinada palavra com sentido novo ou com sentido incomum. Vejamos:

► **Metáfora**

É um tipo de comparação (mental) sem uso de conectivos comparativos, com utilização de verbo de ligação **explícito** na frase. Consiste em usar uma palavra referente a algo no lugar da característica propriamente dita, depreendendo uma relação de semelhança que pode ser compreendida por conta da flexibilidade da linguagem.

Ex.: “Sua boca era um pássaro escarlate.” (Castro Alves)

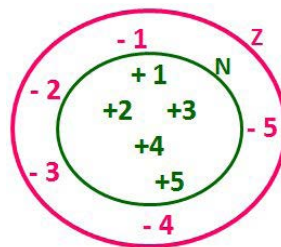
¹ <https://bit.ly/37nLTfx>

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA, ENVOLVENDO: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO OU RADICIAÇÃO COM NÚMEROS RACIONAIS, NAS SUAS REPRESENTAÇÕES FRACIONÁRIA OU DECIMAL

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS - Z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$, ($N \subset Z$); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



$N \subset Z$ (N está contido em Z)

Subconjuntos:

Símbolo	Representação	Descrição
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z^+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^{*+}	Conjunto dos números inteiros positivos
	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^{*-}	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| \cdot |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.
- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

AMOSTRA

OPERAÇÕES

- **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.
- **Atenção:** O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.
- **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.
- **Atenção:** todos os parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, têm o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

1. (FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP)

Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

50-20=30 atitudes negativas

20.4=80

30.(-1)=-30

80-30=50

Resposta: A

- **Multiplicação:** é uma adição de números/fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números a e b , pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.
- **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

Atenção:

- 1) No conjunto $\mathbb{Z}$, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.
- 2) Não existe divisão por zero.

- 3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS**:

- Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo;
- Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre **negativo**.

Exemplo:

1. (PREF. DE NITERÓI)

Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:São 8 livros de 2 cm: $8 \cdot 2 = 16$ cm

Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

 $52 - 16 = 36$ cm de altura de livros de 3 cm $36 : 3 = 12$ livros de 3 cmO total de livros da pilha: $8 + 12 = 20$ livros ao todo.**Resposta: D**

- **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro a , é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a *base* e o número n é o *expoente*. $a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, a é multiplicado por a n vezes. Tenha em mente que:
 - Toda potência de base positiva é um número inteiro positivo.
 - Toda potência de **base negativa** e **expoente par** é um número **inteiro positivo**.
 - Toda potência de **base negativa** e **expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

► Propriedades da Potenciação

- **1) Produtos de Potências com bases iguais:** Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$
- **2) Quocientes de Potências com bases iguais:** Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$
- **3) Potência de Potência:** Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$
- **4) Potência de expoente 1:** É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$
- **5) Potência de expoente zero e base diferente de zero:** É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

WINDOWS 10 OU SUPERIOR: CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS, ÁREA DE TRABALHO, ÁREA DE TRANSFERÊNCIA, MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS, USO DOS MENUS, PROGRAMAS E APLICATIVOS, INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS DO MICROSOFT-365

Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome “pasta” ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais.

Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.

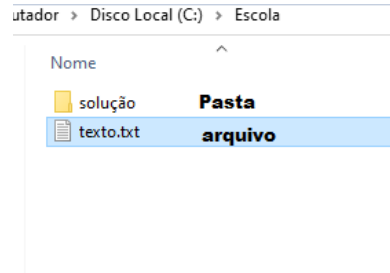


No caso da figura acima temos quatro pastas e quatro arquivos.

Arquivos e atalhos

Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

- **Arquivo** é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc..), aplicativos diversos, etc.
- **Atalho** é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.



Área de trabalho



Área de transferência

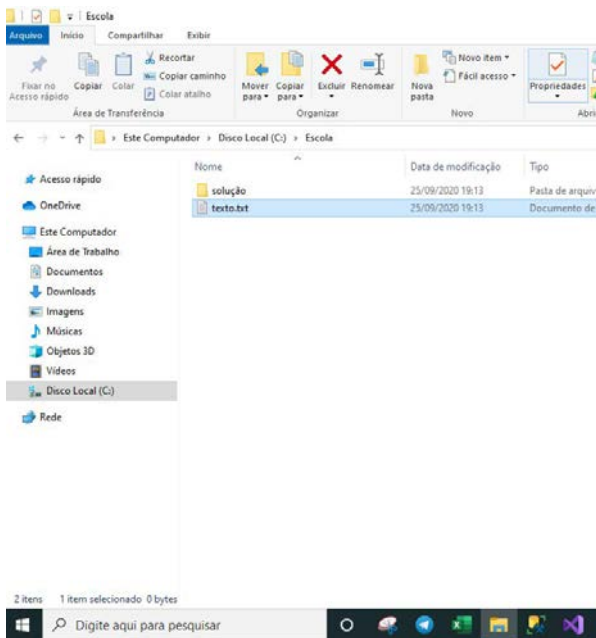
A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

- Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.
- Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

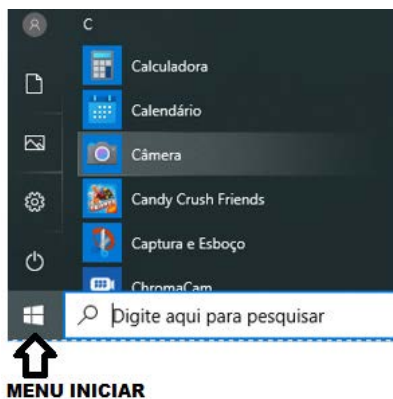
AMOSTRA

Manipulação de arquivos e pastas

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas e outros objetos é através do “Meu Computador”. Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.



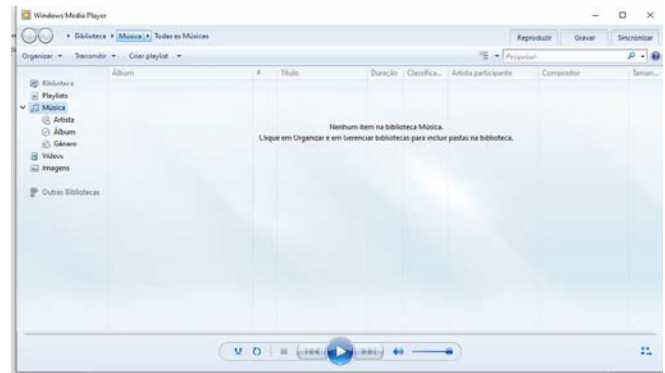
Uso dos menus



Programas e aplicativos e interação com o usuário

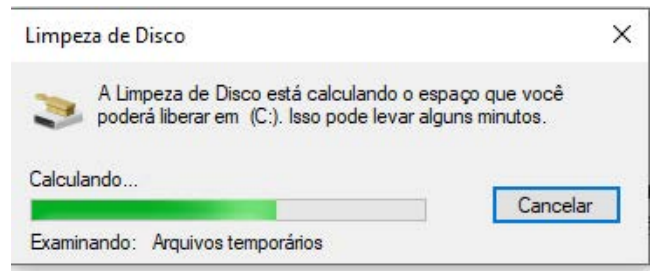
Vamos separar esta interação do usuário por categoria para entendermos melhor as funções categorizadas.

- **Música e Vídeo:** Temos o Media Player como player nativo para ouvir músicas e assistir vídeos. O Windows Media Player é uma excelente experiência de entretenimento, nele pode-se administrar bibliotecas de música, fotografia, vídeos no seu computador, copiar CDs, criar playlists e etc., isso também é válido para o media center.

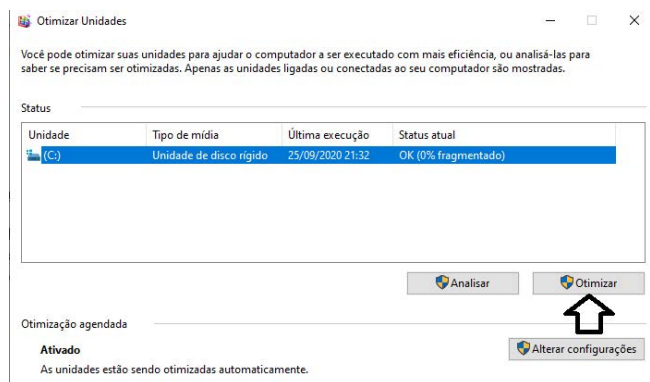


Ferramentas do sistema

- A limpeza de disco é uma ferramenta importante, pois o próprio Windows sugere arquivos inúteis e podemos simplesmente confirmar sua exclusão.



- O desfragmentador de disco é uma ferramenta muito importante, pois conforme vamos utilizando o computador os arquivos ficam internamente desorganizados, isto faz que o computador fique lento. Utilizando o desfragmentador o Windows se reorganiza internamente tornando o computador mais rápido e fazendo com que o Windows acesse os arquivos com maior rapidez.



NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E SITUAÇÕES GERENCIAIS

ASPECTOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO. ORGANIZAÇÕES COMO SISTEMAS ABERTOS

A administração pode ser compreendida como o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar recursos, humanos, materiais, financeiros e tecnológicos, com o objetivo de alcançar metas organizacionais de maneira eficiente e eficaz. Trata-se de uma atividade essencial em qualquer tipo de organização, independentemente de seu porte ou finalidade, pois está diretamente relacionada à coordenação de esforços coletivos.

Nesse sentido, a administração não se limita a um conjunto de técnicas, mas constitui um campo de conhecimento estruturado, com fundamentos teóricos e aplicações práticas. Sua atuação envolve tomada de decisão, alocação de recursos e adaptação constante às mudanças do ambiente.

► Evolução do pensamento administrativo até a abordagem sistêmica

Das teorias clássicas à complexidade organizacional

O pensamento administrativo evoluiu ao longo do tempo, acompanhando as transformações sociais, econômicas e tecnológicas. Inicialmente, predominavam abordagens mecanicistas, como a Administração Científica e a Teoria Clássica, que enxergavam a organização como uma estrutura rígida, focada na eficiência interna.

Posteriormente, surgiram abordagens mais voltadas ao fator humano e às relações sociais, como a Teoria das Relações Humanas. No entanto, essas perspectivas ainda apresentavam limitações ao analisar as organizações de forma isolada. Foi nesse contexto que emergiu a abordagem sistêmica, propondo uma visão mais ampla, integrada e dinâmica das organizações.

► Conceito de sistema e seus elementos

Definição de sistema

Um sistema pode ser definido como um conjunto de elementos interdependentes que interagem entre si com o objetivo de formar um todo organizado. Esses elementos não funcionam de maneira isolada, mas sim em constante interação, o que faz com que alterações em uma parte do sistema afetem o conjunto como um todo.

Elementos fundamentais de um sistema

Para compreender o funcionamento de um sistema, é importante identificar seus principais componentes. De forma didática, esses elementos podem ser apresentados da seguinte maneira:

- Entradas (inputs): recursos ou informações que ingressam no sistema

- Processamento (transformação): atividades que convertem as entradas em resultados
- Saídas (outputs): produtos, serviços ou resultados gerados pelo sistema
- Retroalimentação (feedback): informações sobre o desempenho do sistema
- Ambiente: contexto externo que influencia e é influenciado pelo sistema

Esses elementos permitem compreender como os sistemas operam de forma dinâmica e integrada, sendo essenciais para a análise organizacional.

► Sistemas fechados e sistemas abertos

Diferenças conceituais

Os sistemas podem ser classificados, de maneira geral, em fechados ou abertos. Os sistemas fechados são aqueles que operam com pouca ou nenhuma interação com o ambiente externo, sendo mais teóricos do que reais no contexto organizacional. Já os sistemas abertos mantêm constante intercâmbio com o ambiente, recebendo influências e também exercendo impacto sobre ele.

Relevância para as organizações

As organizações modernas são, essencialmente, sistemas abertos, pois dependem de recursos externos e estão sujeitas a fatores ambientais como mercado, legislação, tecnologia e cultura. Ignorar essa interação compromete a compreensão da realidade organizacional, tornando a abordagem sistêmica fundamental para a administração contemporânea.

ORGANIZAÇÕES COMO SISTEMAS ABERTOS

► Conceito de organização como sistema aberto

Interação constante com o ambiente

As organizações são compreendidas, na abordagem sistêmica, como sistemas abertos porque mantêm uma relação contínua de troca com o ambiente externo. Diferentemente de estruturas isoladas, elas dependem de insumos externos para funcionar e, ao mesmo tempo, devolvem ao ambiente produtos, serviços e impactos diversos. Essa dinâmica torna as organizações entidades vivas, sujeitas a mudanças, adaptações e influências constantes.



AMOSTRA

Essa perspectiva rompe com visões tradicionais que tratavam a organização como um sistema fechado, autossuficiente e previsível. Ao contrário, o modelo de sistema aberto reconhece a complexidade organizacional e a necessidade de adaptação contínua diante de um ambiente instável e competitivo.

► Relação entre organização e ambiente externo

Ambiente como fonte de recursos e pressões

O ambiente externo desempenha papel fundamental na existência e no funcionamento das organizações. Ele fornece recursos essenciais, como matéria-prima, capital, tecnologia e mão de obra, além de impor restrições e exigências por meio de fatores econômicos, políticos, sociais e legais.

A compreensão dessa relação é essencial para a gestão estratégica, pois a sobrevivência organizacional depende da capacidade de interpretar e responder adequadamente às mudanças ambientais.

Para compreender melhor os principais elementos do ambiente que influenciam as organizações, destacam-se:

- Fatores econômicos, como inflação, taxas de juros e mercado consumidor
- Fatores tecnológicos, relacionados à inovação e transformação digital
- Fatores políticos e legais, como regulamentações e políticas públicas
- Fatores sociais e culturais, que influenciam comportamento e consumo

► Fluxo sistêmico: entradas, transformação e saídas

Dinâmica operacional do sistema aberto

As organizações operam por meio de um fluxo contínuo de transformação de recursos. Inicialmente, recebem entradas (inputs), que podem incluir insumos físicos, informações, capital e trabalho humano. Esses elementos são processados internamente por meio de atividades organizacionais, resultando em saídas (outputs), como bens, serviços ou informações.

Importância da retroalimentação

A retroalimentação (feedback) é um elemento essencial nesse processo, pois permite à organização avaliar seu desempenho e corrigir eventuais desvios. Por meio do feedback, a organização ajusta suas operações, aprimora seus processos e aumenta sua capacidade de adaptação ao ambiente.

► Interdependência entre subsistemas organizacionais

Integração interna da organização

Uma organização, enquanto sistema aberto, é composta por diversos subsistemas interdependentes, como o setor financeiro, de recursos humanos, de produção e de marketing. Cada um desses subsistemas desempenha funções específicas, mas nenhum opera de forma isolada.

Alterações em um subsistema tendem a impactar os demais, exigindo coordenação e alinhamento entre as diferentes áreas. Essa interdependência reforça a importância de uma gestão integrada, capaz de considerar o todo organizacional.

► Equilíbrio dinâmico e adaptação organizacional

Busca pela sobrevivência e estabilidade

As organizações buscam constantemente um estado de equilíbrio dinâmico, ou seja, uma condição em que conseguem manter sua estabilidade interna mesmo diante de mudanças externas. Esse equilíbrio não é estático, mas sim resultado de ajustes contínuos.

Capacidade adaptativa

A sobrevivência organizacional está diretamente relacionada à capacidade de adaptação. Organizações que conseguem interpretar sinais do ambiente, antecipar mudanças e responder de forma eficiente tendem a se manter competitivas. Já aquelas que não se adaptam correm o risco de entrar em declínio.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E IMPLICAÇÕES DA ABORDAGEM SISTÊMICA NAS ORGANIZAÇÕES

► Visão de totalidade e integração

Organização como um todo integrado

A abordagem sistêmica enfatiza que a organização deve ser compreendida como um todo, e não apenas pela soma de suas partes isoladas. Isso significa que decisões e ações em um setor podem gerar impactos diretos ou indiretos em outros, exigindo uma visão global por parte dos gestores. Essa perspectiva amplia a capacidade analítica e evita soluções fragmentadas que poderiam comprometer o desempenho organizacional.

Importância da visão holística

A visão holística permite que os gestores identifiquem conexões, padrões e interdependências dentro da organização. Dessa forma, torna-se possível compreender melhor os efeitos das decisões e promover maior alinhamento entre os diferentes setores e objetivos organizacionais.

► Sinergia e interdependência

O conceito de sinergia

Um dos princípios fundamentais da abordagem sistêmica é a sinergia, que ocorre quando a interação entre as partes gera um resultado superior ao que seria obtido se elas atuassem isoladamente. Em outras palavras, o todo é maior do que a soma das partes.

Relações de interdependência

Os diversos setores de uma organização são interdependentes, ou seja, dependem uns dos outros para funcionar adequadamente. Essa interdependência exige coordenação, comunicação eficiente e alinhamento estratégico entre as áreas.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA - LEI Nº 8.069/1990): ARTS. 3º A 5º; 15 A 18-A; 53 E 53-A; 59-A; 70 A 70-B

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

(...)

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

§1º A garantia de prioridade compreende: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

§ 2º Compete aos pais, além de zelar pelos direitos de que trata o art. 3º desta Lei, prestar aos filhos assistência afetiva, por meio de convívio ou de visita periódica, que permita o acompanhamento da formação psicológica, moral e social da pessoa em desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

§ 3º Para efeitos desta Lei, considera-se assistência afetiva: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

I – orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

II – solidariedade e apoio nos momentos de intenso sofrimento ou de dificuldade; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

III – presença física espontaneamente solicitada pela criança ou adolescente quando possível de ser atendida. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Parágrafo único. Considera-se conduta ilícita, sujeita a reparação de danos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a ação ou a omissão que ofenda direito fundamental de criança ou de adolescente previsto nesta Lei, incluídos os casos de abandono afetivo. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

(...)

CAPÍTULO II DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II - opinião e expressão;

III - crença e culto religioso;

IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;

V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

AMOSTRA

VI - participar da vida política, na forma da lei;

VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

a) sofrimento físico; ou (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

b) lesão; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

a) humilhe; ou (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

b) ameace gravemente; ou (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

c) ridicularize. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

(...)

CAPÍTULO IV DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019)

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 53-A. É dever da instituição de ensino, clubes e agremiações recreativas e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas. (Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019)

(...)

Art. 59-A. As instituições sociais públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e que recebam recursos públicos deverão exigir e manter certidões de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores, as quais deverão ser atualizadas a cada 6 (seis) meses. (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024)

Parágrafo único. Os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes, independentemente de recebimento de recursos públicos, deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores. (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024)

(...)

TÍTULO III DA PREVENÇÃO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 70-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes, tendo como principais ações: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

I - a promoção de campanhas educativas permanentes para a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

II - a integração com os órgãos de segurança pública, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, com o Conselho Tutelar, com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e com as entidades não governamentais que atuam na promoção, na proteção e na defesa dos direitos da criança e do adolescente; (Redação dada pela Lei nº 15.280, de 2025)

III - a formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

IV - o apoio e o incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

DANYELLE NILIN GONÇALVES, ELIZABETH FURTADO, EPITÁCIO MACÁRIO MOURA. SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO. 3ª ED. FORTALEZA, UECE, 2019

Sociologia da Educação é um livro didático elaborado por Danyelle Nilin Gonçalves, Elizabeth Furtado e Epitácio Macário Moura para o curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará, publicado pela EdUECE, em Fortaleza, em sua terceira edição de 2019. A obra está organizada em quatro capítulos, cada um estruturado com objetivos, introdução, seções teóricas, textos complementares, sínteses e atividades de avaliação, seguindo o formato próprio do ensino a distância universitário.

O livro percorre um itinerário que vai da apresentação dos clássicos da sociologia da educação até a análise da situação educacional brasileira contemporânea, articulando teoria sociológica, filosofia política e dados empíricos sobre o sistema educacional do Brasil.

► Estrutura geral

CAPÍTULO 1: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, EXPLICAÇÕES INTRODUTÓRIAS À SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

O primeiro capítulo apresenta o pensamento de cinco autores clássicos sobre a relação entre educação e sociedade. Examina Karl Marx e o projeto de superação da sociedade capitalista, mostrando como a educação pode tanto reforçar a alienação quanto contribuir para a emancipação humana. Analisa Émile Durkheim e a educação voltada à conservação da sociedade, a partir da ideia de que a educação prepara, no íntimo das crianças, as condições essenciais da própria existência social. Discute Max Weber e a relação entre o desencantamento do mundo, os três tipos de dominação, racional-legal, tradicional e carismática, e as correspondentes pedagogias de treinamento, cultivo e despertar do carisma. Apresenta Antonio Gramsci e a proposta de escola unitária, que uniria formação humanista e capacidade de trabalho manual e intelectual. Encerra com Pierre Bourdieu e a análise da escola como instância de legitimação das desigualdades sociais por meio do conceito de violência simbólica.

CAPÍTULO 2: SOCIEDADE E INDIVÍDUO

O segundo capítulo confronta duas grandes matrizes de pensamento sobre a relação entre indivíduo e sociedade. A primeira parte expõe a matriz liberal clássica, percorrendo o contexto histórico do liberalismo, a ideia de natureza humana e o individualismo possessivo em Thomas Hobbes e John Locke, e os fundamentos do liberalismo econômico em Adam Smith.

A segunda parte desenvolve a crítica marxista a essa matriz, a partir do conceito de práxis, da compreensão de sociedade e indivíduo como duas dimensões de um mesmo processo histórico, e da análise do individualismo como expressão teórica da alienação capitalista.

CAPÍTULO 3: REPRODUÇÃO SOCIAL

O terceiro capítulo desenvolve o conceito de reprodução social, distinguindo-o da reprodução biológica e situando-o na práxis produtiva e social dos homens. Examina como a educação, em sentido amplo e em sentido restrito, opera essa reprodução, e como essa operação se relaciona às classes sociais e à ideologia, por meio de três mecanismos, o obstáculo de acesso das classes trabalhadoras à escola, a desigualdade na qualidade do acesso e a veiculação de valores ideológicos dominantes. O capítulo conclui discutindo a relação entre educação e transformação social, argumentando que a educação, embora reprodutora, é atravessada pelas contradições sociais e por isso mantém potencial crítico e emancipatório.

CAPÍTULO 4: BRASIL, CRISE SOCIAL E EDUCAÇÃO

O quarto capítulo analisa as transformações recentes do capitalismo, globalização, transnacionalização e neoliberalismo, e sua inserção na realidade brasileira, caracterizada pelo conceito de servidão financeira. Percorre a história educacional brasileira desde a educação jesuítica até o século XX, e apresenta uma análise detalhada da evolução recente da educação no Brasil a partir de dados do IBGE, do Censo Escolar, do SAEB, do IDEB e do ENEM, evidenciando a persistência de desigualdades educacionais associadas a classe social, raça, região e tipo de rede de ensino.

► Teses centrais

A obra sustenta que a educação não pode ser compreendida isoladamente da estrutura social em que se insere, constituindo um processo de transmissão cultural de valores, normas e representações cuja função primordial é a reprodução do sistema social. Defende-se que essa função reprodutiva não é neutra, mas está atravessada pela divisão da sociedade em classes, de modo que a educação tende a reforçar, legitimar e naturalizar as desigualdades sociais existentes, seja pela via da inculcação moral analisada por Durkheim, seja pela via da violência simbólica analisada por Bourdieu, seja pela reprodução das relações de produção capitalistas analisada pela tradição marxista.



AMOSTRA

Argumenta-se, contudo, que essa função reprodutiva não esgota o papel social da educação, pois a prática educativa é atravessada pelas mesmas contradições que atravessam a sociedade, mantendo, por isso, potencial crítico e transformador. Sustenta-se que a oposição entre indivíduo e sociedade, naturalizada pela tradição liberal clássica desde Hobbes e Locke, é ela própria uma expressão teórica da alienação inaugurada pelo capitalismo, e que indivíduo e sociedade se produzem mutuamente através da práxis histórica dos homens.

A obra defende, por fim, que a crise educacional brasileira contemporânea não pode ser compreendida sem referência às transformações do capitalismo globalizado e às políticas neoliberais adotadas no país a partir dos anos 1990, que aprofundaram a desigualdade social ao mesmo tempo em que o sistema educacional avançava na universalização quantitativa do acesso à escola, sem conseguir superar as desigualdades qualitativas de aprendizagem entre classes sociais, raças e regiões.

► **Conceitos-chave**

Para acompanhar a leitura da obra, é importante compreender os seguintes conceitos-chave.

- **Alienação:** fenômeno pelo qual o fruto do trabalho do trabalhador não lhe pertence, mas a um outro, tornando-se exterior e estranho a ele, de modo que não se reconhece nas mercadorias e nas relações sociais que sua própria cooperação produz.
- **Hegemonia:** processo pelo qual uma classe generaliza seus valores, sua cultura e seu programa político, de modo que o restante da sociedade os interioriza e adota, combinando coerção e consenso na disputa pelo poder na sociedade civil.
- **Violência simbólica:** imposição arbitrária de um conteúdo cultural apresentada, de maneira dissimulada, àquele que a sofre, constituindo a essência de toda ação pedagógica segundo a análise de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron.
- **Práxis:** atividade humana consciente que antecipa mentalmente o que pretende realizar e depois a executa, distinguindo-se em práxis produtiva, voltada à transformação da natureza, e práxis social, voltada às relações entre os próprios homens.
- **Reprodução social:** processo pelo qual a experiência sócio-histórica produzida pela práxis produtiva e social dos homens se fixa, acumula e se transmite através da sociedade, garantindo sua continuidade não por herança biológica, mas por criação, acúmulo e transmissão constantes.
- **Servidão financeira:** conceito que caracteriza os vínculos entre a periferia e o centro do sistema capitalista a partir dos anos 1980, marcados não pelo simples consentimento à dominação externa, mas pela disposição ativa das elites nacionais em produzir e manter essa relação de dependência.
- **Neoliberalismo:** doutrina e prática ideológica e política que restabelece o princípio do individualismo e defende a liberdade mais plena para o mercado e para o trânsito das grandes corporações transnacionais, operacionalizada por meio de privatização, desregulamentação e abertura da economia ao capital internacional.

► **Contribuições e atualidade**

A obra tem o mérito de apresentar de forma acessível, mas rigorosa, o pensamento dos principais clássicos da sociologia da educação, articulando-os a um fio condutor comum, a tensão entre reprodução e transformação social, o que permite ao leitor compreender tanto a especificidade de cada autor quanto o diálogo crítico entre eles. A escolha de encerrar cada seção teórica com exemplos concretos, dados estatísticos e textos complementares fortalece o vínculo entre a teoria sociológica clássica e a realidade educacional brasileira contemporânea.

A análise do capítulo final sobre os índices educacionais brasileiros, fundamentada em dados do IBGE, do Censo Escolar e das avaliações do MEC, permanece valiosa como registro histórico e analítico de um momento específico da educação brasileira, e o quadro conceitual mobilizado, globalização, neoliberalismo, servidão financeira, permanece um instrumento útil para a análise de tendências educacionais posteriores, ainda que os dados numéricos específicos exijam atualização.

A síntese proposta no terceiro capítulo, que recusa tanto o determinismo reprodutivista puro quanto o voluntarismo pedagógico ingênuo, oferece um quadro teórico equilibrado, particularmente útil para a formação de professores, ao evitar tanto o pessimismo paralisante quanto o otimismo ingênuo sobre o potencial transformador da educação.

► **Pontos de tensão e leitura crítica**

A obra assume explicitamente uma orientação teórica marxista como fio condutor de sua análise, o que se reflete na forma como os demais autores, Durkheim, Weber e Bourdieu, são apresentados frequentemente em contraste com a tradição marxista, e na extensão dedicada à crítica da matriz liberal clássica e do neoliberalismo no segundo e no quarto capítulos. Essa escolha teórica é coerente com o propósito formativo do livro, mas representa uma tomada de posição dentro de um campo de disputa acadêmica em que argumentos favoráveis ao liberalismo político e econômico não recebem o mesmo desenvolvimento crítico dedicado à sua exposição inicial.

O quarto capítulo, centrado em dados estatísticos e econômicos do período entre o final dos anos 1990 e 2008, situa a análise da crise social e educacional brasileira em um momento histórico determinado, de modo que sua leitura contemporânea beneficia-se da contextualização quanto a mudanças posteriores nas políticas educacionais e nos indicadores sociais brasileiros.

A apresentação dos cinco clássicos no primeiro capítulo, por cobrir um espectro amplo de autores em um único capítulo introdutório, prioriza a clareza expositiva e a síntese sobre o aprofundamento monográfico de cada teoria, o que é adequado ao propósito de um material didático introdutório, mas exige do leitor interessado em aprofundamento a busca das obras originais de cada autor.



LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

**ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO
MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ILHABELA –
LEI COMPLEMENTAR Nº 1.326, DE 26/10/2018: ARTIGOS
1º E AO 3º, 6º AO 42, 45 A 47, 49 E 50, 52, 60, 62 A 72, 74
A 109, 114 A 124**

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.326, DE 26/10/2018

*DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE
ILHABELA.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE
ILHABELA, MARCIO BATISTA TENÓRIO**, no uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município da Estância Balneária de Ilhabela, incluídos os órgãos do Poder Legislativo e da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, bem como a Fundação Arte e Cultura de Ilhabela - FUNDACI e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais - ILHABELAPREV, é o estatutário, nos termos desta Lei Complementar.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público, de provimento efetivo ou em comissão.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se:

I - Adicional: vantagem remuneratória calculada sobre o vencimento-base do servidor ou devida, a título de valor nominal fixo ao servidor, em decorrência de condições funcionais temporárias ou permanentes, nos termos desta legislação;

II - Avaliação Especial de Desempenho: avaliação utilizada para fins de aquisição da estabilidade no serviço público, conforme o art. 41, § 4º, da Constituição Federal;

III - Cargo: unidade laborativa com denominação própria e número certo, que implica o desempenho, pelo seu titular, de um conjunto de atribuições e responsabilidades, disciplinadas pelo regime estatutário;

IV - Cargo Amplo: unidade laborativa com denominação própria e número certo, que implica o desempenho, pelo seu titular, de conjunto de atribuições e responsabilidades genéricas, mas passível de operacionalização em atribuições especializadas, definidas segundo perfil;

V - Cargo Efetivo: unidade laborativa com denominação própria e número certo, que implica o desempenho, pelo seu titular, de um conjunto de atribuições e responsabilidades, provido através de concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal;

VI - Cargo em Comissão: unidade laborativa com denominação própria e número certo, que implica o desempenho, pelo seu titular, de conjunto de atribuições e responsabilidades de direção, chefia ou assessoramento, provido por livre nomeação, nos termos do art. 37, V, da Constituição Federal;

VII - Cargo Estrutural: unidade laborativa com denominação própria e número certo, que implica o desempenho, pelo seu titular, de conjunto de atribuições e responsabilidades de direção, chefia ou assessoramento no âmbito de Cargo em Comissão e Função de Confiança;

VIII - Carreira: perspectiva de evolução e desenvolvimento funcional no âmbito do cargo efetivo do qual o servidor é titular, operacionalizado por meio da Progressão Vertical e Horizontal, nos termos de legislação específica;

IX - Comissão de Avaliação Especial de Desempenho: colegiado responsável por promover e gerenciar o processo de avaliação especial de desempenho;

X - Compensação de Horas: regime de compensação de jornada em relação a quantitativo de horas que exceda a jornada padrão do servidor, nos termos desta Lei Complementar;

XI - Concurso Público: processo seletivo composto por provas, ou provas e títulos, que permite a investidura a emprego ou cargo público nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal;

XII - Estabilidade: situação relativa a servidor habilitado em concurso público e empossado que, ao completar 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo público, e ser submetido e aprovado em estágio probatório, garante sua permanência funcional no serviço público;

XIII - Função de Confiança: unidade laborativa com denominação própria e número certo, que implica o desempenho, pelo seu titular, de conjunto de atribuições e responsabilidades de direção, chefia ou assessoramento, provido por meio de designação de servidor titular de cargo efetivo, nos termos do art. 37, V, da Constituição Federal;

XIV - Nomeação: forma de provimento em cargo público de caráter efetivo ou em comissão;

XV - Perfil: unidade laborativa especializada, atrelada a cargo amplo, que implica o desempenho, pelo seu titular, de conjunto de atribuições e responsabilidades específicas derivadas das atribuições genéricas do cargo amplo;

XVI - Posse: momento relativo à investidura em cargo público, e que indica o início dos direitos e dos deveres do cargo;

XVII - Readaptação: atribuição de atividades ou funções compatíveis com a capacidade física ou psíquica do servidor, em conformidade com exame médico pericial;

AMOSTRA

XVIII - Reversão: retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, ou no interesse da administração;

XIX - Vencimento-base: retribuição pecuniária devida ao servidor pelo exercício de cargo, de acordo com o Nível e Grau, em Tabela de Vencimentos específica.

(...)

TÍTULO II DO REGIME DE TRABALHO

CAPÍTULO I DO PROVIMENTO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- VI - aptidão física e mental.

§ 1º Assegura-se, às pessoas portadoras de deficiência, o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, reservando-se até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas em concurso.

§ 2º Na hipótese de ingresso em cargo amplo organizado por meio de perfis, o servidor, a interesse da Administração Pública Municipal e mediante seu consentimento, poderá ser mobilizado em perfil diverso, desde que respeitado o requisito correspondente.

§ 3º Legislação específica poderá regulamentar o ingresso de estrangeiros em situações afetas ao interesse público, desde que atendida a legislação federal atinente ao tema.

Art. 7º O provimento dos cargos públicos far-se-á por ato da autoridade competente de cada Poder Público Municipal, bem como de dirigente máximo de ente da Administração Pública Indireta Municipal.

Parágrafo único. A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 8º São formas de provimento de cargo público:

- I - Nomeação;
- II - Reversão;
- III - Reintegração;
- IV - Recondução;
- V - Aproveitamento;
- VI - Readaptação.

Parágrafo único. As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em Lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

SEÇÃO II DA NOMEAÇÃO

Art. 9º A nomeação far-se-á:

I - em caráter efetivo, no nível e grau inicial da carreira correspondente ao cargo de ingresso, conforme legislação regente do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos aplicável;

II - em comissão, nos cargos e vagas previstos na legislação regente da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Ilhabela.

Parágrafo único. A nomeação para cargo inicial de carreira depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

SEÇÃO III DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 10. O concurso público, de provas ou de provas e títulos, será promovido por meio de edital específico, que deverá atender os requisitos previstos pela legislação regente do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, bem como regulamentos específicos pormenorizadores de atribuições, perfis e lotações.

§ 1º O concurso público terá a validade de até 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, permitindo-se a realização de etapas eliminatórias, a serem previstas em edital, que podem compreender, exemplificativamente e de forma correlacionada às especificidades do cargo:

- I - conhecimento teórico;
- II - aptidão em prova oral;
- III - avaliação psicotécnica ou física;
- IV - investigação social;
- V - curso de formação, de caráter eliminatório e classificatório.

§ 2º Na hipótese de o cargo exigir curso de formação como última etapa do respectivo concurso, nos termos da legislação específica, o candidato aprovado nas fases anteriores será enquadrado como Candidato em Formação.

§ 3º O número de vagas previsto em concurso público válido gera direito de nomeação pelo candidato aprovado, a ser convocado de acordo com sua ordem de classificação e necessidade da Administração Pública Municipal.

§ 4º A Administração Pública Municipal está autorizada a prever, em edital de concurso público, cadastro de reserva, direcionado a suprir eventual necessidade ou imprevisto de recrutamento do seu quadro funcional.

§ 5º A Administração Pública Municipal não está obrigada a nomear os candidatos aprovados em cadastro de reserva.

SEÇÃO IV DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 11. Posse é a investidura em cargo público, momento que indica o início dos direitos e dos deveres do cargo e gera as correspondentes restrições, impedimentos e incompatibilidades.

§ 1º A posse ocorrerá no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do ato de provimento.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

